

Mesa faz reunião para limitar grupos de pressão

Foto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — A ação dos grupos de pressão que vêm atuando sobre o Congresso poderá sofrer, na manhã de hoje, seu primeiro revés sério. Se a reunião da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte aprovar o ato normativo que o Deputado Jorge Arbage (PDS-PA) apresentará, o acesso às principais dependências da Câmara e do Senado ficará restrito a parlamentares, ex-parlamentares, jornalistas e funcionários. Os populares terão direito apenas a ocupar 300 a 350 lugares nas galerias, assim mesmo apresentando convites distribuídos pelos partidos.

Num texto com treze artigos, a proposta do deputado Jorge Arbage determina que os Plenários, o Salão Verde da Câmara, o Salão Azul do Senado e as salas das Comissões e Subcomissões da Constituinte são privativos de parlamentares e ex-parlamentares. As áreas terão acesso, no entanto, jornalistas credenciados e funcionários em serviço. Nos plenários a imprensa permanecerá em locais previamente determinados.

As mil e duzentas cadeiras das galerias serão distribuídas entre representantes do corpo diplomático, autoridades, representantes da imprensa, funcionários e populares. Aos populares serão reservadas de 300 a 350 cadeiras, a serem divididas proporcionalmente entre os partidos, a quem caberá a distribuição dos convites. Não será permitido qualquer tipo de manifestação e haverá rigoroso controle para impedir o porte de armas.

As normas propostas pelo Deputado Jorge Arbage obrigam ainda a todos, exceto parlamentares e ex-parlamentares, o uso de crachás de identificação. Caberá às Diretorias-Gerais da Câmara e do Senado identificar assessores parlamentares, representantes de órgãos públicos e outras pessoas com atividades oficiais no Congresso Nacional e na Constituinte.

Quem antes transitava livremente pelos corre-

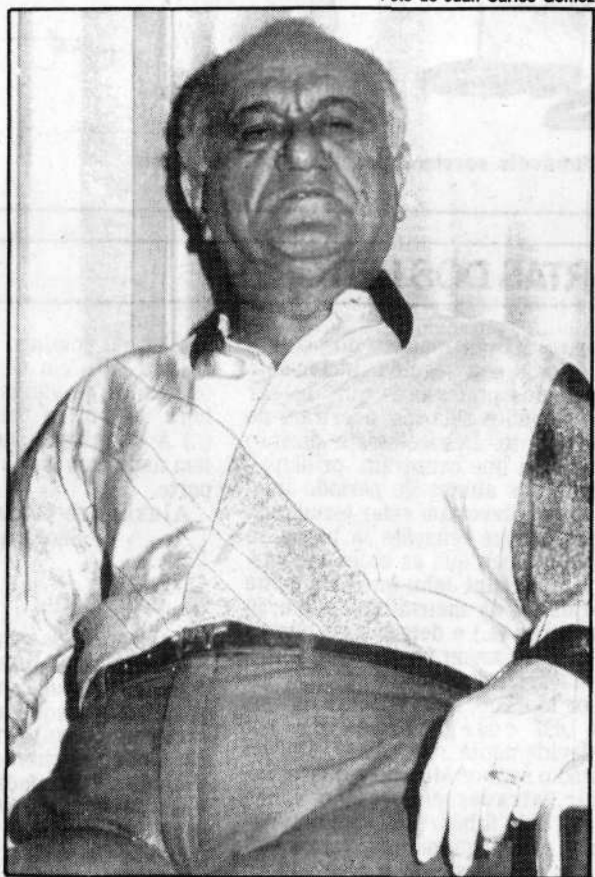
dores da Câmara e do Senado e nos gabinetes dos parlamentares, só poderá fazê-lo, aprovada a proposta de Jorge Arbage, após autorização de um deputado ou senador, contactado por uma das portarias onde os visitantes serão identificados. Será proibido aos estranhos entrar com volumes nos prédios do Congresso.

Fica também obrigado o uso de traje passeio completo (terno e gravata) nas Comissões, Subcomissões, Plenários, Salão Verde da Câmara e Salão Azul do Senado, durante as sessões.

A Mesa diretora da Constituinte discutirá também na reunião de hoje, a possibilidade de permitir manifestações no Salão Negro. Uma das condições postas pelo Deputado Jorge Arbage é que os líderes dos grupos que desejem manifestar-se solicitem o Salão Negro com cinco dias de antecipação.

O Deputado esclareceu que, antes de concluir sua proposta, ouviu as lideranças partidárias e o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães. Ele reconheceu que não há unanimidade em torno à sua proposta e admite modificações em qualquer um dos treze artigos do texto que será discutido na manhã de hoje pela Mesa da Assembleia Nacional Constituinte.

Foto de Juan Carlos Gómez



Arbage quer restringir galerias apenas a convidados



Arinos (de terno escuro) e Cabral (de camisa listrada) na reunião com os relatores-auxiliares da Sistematização

Planalto quer o presidencialismo e que anistiado não volte ao quartel

BRASÍLIA — As 35 emendas que o Governo encaminhava à Constituinte têm dois alvos básicos: manter o presidencialismo e derrubar a proposta que concede anistia, com reintegração na ativa, aos militares cassados pelo regime militar. As emendas do Planalto, redigidas pelo Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, foram apresentadas na Comissão de Sistematização por Constituintes do PMDB e do PFL.

Distribuir as emendas entre parlamentares dos dois Partidos que integram a Aliança Democrática foi a estratégia adotada pelo Planalto para dificultar a identificação e facilitar o trabalho dos que atuarão em defesa dos interesses do Presidente Sarney. Na primeira fase da Constituinte essa tarefa foi desenvolvida, basicamente, pelo Centro Democrático do PMDB, ligado a Sarney.

Entre as 35 emendas existe um substitutivo do Deputado Prisco Viana (PMDB-BA), amigo íntimo de Sarney, que altera substancialmente todo o capítulo sobre o Poder Executivo — conferindo maiores poderes ao Presidente da República. Pela proposta aprovada na Organização dos Poderes, aproveitada por Bernardo Cabral no seu anteprojeto, o Executivo perdia importantes atribuições para o Legislativo.

— A nossa preocupação — disse o Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) — é reforçar

a competência do Presidente que precisa continuar sendo a autoridade máxima. O Presidente deve continuar sendo o Chefe do Estado e de Governo, e suas determinações precisam ser executadas sob a responsabilidade de um Primeiro-Ministro.

A questão da Chefia do Governo é outro ponto visado pelas emendas do Planalto. Por um descuido das articulações comandadas por Sant'Anna na Comissão de Organização dos Poderes, esta atribuição passou a ser do Primeiro-Ministro. Ao elaborar o seu anteprojeto, por sua vez, o relator Bernardo Cabral omitiu o cargo na versão final.

— Ficou sem Chefe de Governo. Não existe esta figura no anteprojeto de Cabral — explicou Sant'Anna.

Outras emendas dizem respeito ainda à questão da moção de censura ao Primeiro-Ministro e ao Conselho de Ministros. O grupo pretende evitar que os Ministros militares sejam alcançados por esse instrumento. O Governo admite, em última análise, que os chefes militares sejam atingidos pela moção de desconfiança juntamente com todo o Gabinete. Mas também esta ainda não é a fórmula ideal. Por isso vão tentar impor o que chamam de *Gabinete do Presidente*, a ser integrado pelos Ministros militares e de das Relações Exteriores, que ficaria resguardado de moções de desconfiança. O Governo pretende também man-

ter a anistia nos termos da atual Emenda nº 26 — que reintegra os militares no posto, mas os transfere, de imediato, para a reserva. Com relação a outras questões polêmicas a ação do grupo visa ainda alterar as atuais propostas de estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, e a manutenção da prerrogativa do Executivo para conceder canais de rádio e TV.

Carlos Sant'Anna reafirmou que sobre estes pontos não há negociação e, apesar de dizer que não quer "cantar de galo" antes do tempo, garantiu que os moderados já tem maioria assegurada na Comissão de Sistematização para fazer valer os pontos-de-vista do Governo:

— Se alguém conseguir identificar as nossas emendas vai perceber que muitas delas tem o caráter preventivo. Afinal, o processo político é muito dinâmico. É um quadro de composição hoje pode não ser o mesmo amanhã. Não podemos ser apanhados de surpresa em assuntos de tal relevância para a Nação.

Sant'Anna afirmou não ter fundamento as notícias de que os moderados apresentariam um substitutivo completo ao anteprojeto de Cabral:

— Se alguém imaginou isso, avaliou mal. Não vamos vamos desafiar o Regimento Interno. As emendas foram apresentadas de acordo com o disposto nas regras aprovadas por todos os Constituintes.

Ulysses dá apoio a Arinos contra Líder do Governo

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos, recebeu na sexta-feira do Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ofício determinando que as emendas de mérito não podem ser aceitas nesta fase dos trabalhos. A decisão de Ulysses confirmou a interpretação dada por Arinos e pelo Relator Bernardo Cabral ao Regimento, contestada pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna.

Arinos esclareceu que Ulysses definiu-se depois de encontro com os líderes partidários e recuou da ideia inicial de permitir emendas de mérito no caso da Comissão de Ciência e Tecnologia, cujo relatório não chegou a ser votado.

Cabral, Arinos e os relatores-auxiliares têm defendido que o momento próprio para a negociação e o entendimento, sem ferir o Regimento, será quando o Relator preparar seu substitutivo, depois que o anteprojeto deixar a Sistematização e receber emendas no plenário.

Arinos tranquilizou Ulysses de que não haverá atrasos no cronograma. Hoje, ele passa a Cabral as 1.347 emendas "de forma" que sobraram na seleção das 5.620 apresentadas. O parecer de Cabral sai no sábado e é discutido e votado na Sistematização da segunda-feira seguinte até a sexta, dia 16. A partir do dia 17, Ulysses já poderá encaminhá-lo ao plenário.

O Líder do Governo protestou: — Ao decidir arquivar as emendas de mérito, em vez de simplesmente rejeitar ou aceitar, o Senador Afonso Arinos está querendo evitar a disputa pelo voto das questões mais polêmicas. Arquivada, a emenda deixa de existir, na prática, pois não pode ser motivo de pedido de destaque para votação em separado.

Segundo Sant'Anna, Arinos devia fazer o que sempre foi feito no Congresso: rejeitar ou aceitar as emendas, justificando suas decisões. Sustenta ainda que dizer que uma emenda fere o mérito de um artigo é discutível pois, na sua opinião, uma simples supressão de palavra ou expressão pode alterar substancialmente o sentido da proposta.

Lamentou ainda que a discussão tenha criado constrangimentos entre ele e o Senador:

— Arinos entendeu que eu o chamei de velho, me referindo à sua idade. Na verdade, o que eu quis dizer é que ele, como um parlamentar profundamente experimentado, até pela idade que tem, sabe que atitudes radicais não levam a nada.

Maciel defende solução negociada da crise sem fechar a Constituinte

RECIFE — O Presidente nacional do PFL, Senador Marco Maciel (PE), disse ontem não concordar com a proposta do Senador José Richa (PMDB-PR), de suspender os trabalhos da Constituinte por 30 dias para que sejam analisados os problemas nacionais que exigem soluções urgentes. Para Maciel, a questão não é paralisar os trabalhos, mas negociar uma solução para estes problemas.

— É exatamente isso o que estamos tentando fazer através do pacto político: negociar um grande acordo que torne possível não só viabilizar uma boa Constituição mas, também, enfrentar e vencer a crise econômica e social que desafia o País.

Fazer a nova Carta, que considera um marco da transição democrática, não exclui, segundo o Senador, o exame da situação atual:

— Com o pacto — insistiu — temos a oportunidade de discutir essas questões e outras que não devem estar no horizonte da Constituinte e envolvem problemas concretos que vão da dívida externa à inflação, salário, custo de vida e distribuição de renda.

Maciel reuniu-se ontem de manhã, em Recife, com o Líder do PCB, De-

putado Roberto Freire (PE), para debater seu encontro de amanhã, em Brasília, com a Executiva Nacional do "Partidão". Hoje, a reunião é com o PTB. Freire explicou que nenhum dos dois apresentou propostas.

— A ideia do pacto é aceita pelos comunistas e lembro que o grande pacto feito neste País foi quando da superação do regime ditatorial, com a Aliança Democrática. Temos propostas concretas para o pacto político e o constitucional, bem como para enfrentar a crise.

A parada na Constituinte não está encontrando muito apoio entre os parlamentares, a começar pelo Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos (PFL-RJ):

— Não posso ser a favor porque a Assembleia pode fazer quase tudo menos se autodissolver. A Constituinte foi criada para fazer a Constituição e tem que ir até o fim.

Já o Deputado Prisco Viana (PMDB-BA) não esconde seu temor de que, ao adotar a proposta do Senador José Richa, a Constituinte não consiga mais se reunir e a crise assumirá proporções ainda maiores.

O Vice-Líder do PMDB no Senado

José Fogaca (RS) exime Richa de qualquer outra intenção que não a de apresentar uma alternativa para o País, mas considera que suspender os trabalhos agora equivaleria a "servir à direita". Ele entende que o texto constitucional que está se desenhando é "90 por cento progressista" e a direita está querendo tomar fôlego para impedir os avanços.

O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, muito ligado a Richa mas contrário à suspensão dos trabalhos, imagina que a ideia do Senador pelo Paraná é aproveitar as sessões plenárias para examinar os problemas conjunturais do País, "sem prejuízo dos trabalhos da Comissão de Sistematização".

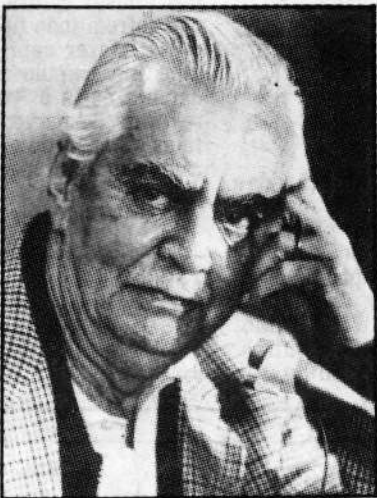
Como outros peemedebistas, Covas disse ter levado "um choque" ao saber da proposta. Mas garantiu:

— Não se trata de uma proposta encomendada. O Senador Richa jamais faria alguma coisa que não fosse de sua cabeça.

O PT também é contra. Para seu Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, a crise econômica e social que aflige o País pode ser perfeitamente discutida paralelamente aos trabalhos da Constituinte.

Jânio também é contra recesso e acha normais as sugestões do Governo

SÃO PAULO — O Prefeito Jânio Quadros, que se declarou em princípio contrário à proposta de suspensão dos trabalhos da Constituinte, acha válida a interferência do Presidente Sarney na Assembleia por entender que ele não pode ficar indiferente a determinadas propostas já aprovadas pelas comissões. Disse que, no entanto, esta contribuição não deve ser encarada de forma a melindrar o trabalho dos constituintes. "Ela deve servir de subsídio para eles", prosseguiu.



Para Jânio, Sarney deve interferir

Jânio afirmou não ter dúvidas de que o Presidente da República cumprirá seu mandato até o último dia e, para isso, conta com o apoio das Forças Armadas. Declarou que, assim como ele próprio, Sarney não tem nenhum apego pelo poder.

— No momento em que

se recebe um mandato, o dever é de cumpri-lo como a consciência e Deus impõem, ou então enfiar o simbólico chapéu na cabeça, como já o fiz quando era Presidente da República, vendo que era impossível governar sem exigências que me comprometessem. Saí afirmando aos ministros militares que não havia nascido Presidente.